cadernos ADUNESP 4

Associação dos Docentes da Unesp
Seção Sindical do Andes-SN

Janeiro/2016

"A crise na USP não tem relação com o HU"
Entrevista com Gerson Salvador na pág. 21

AUTARQUIZAÇÃO

Críticas, defesas e incertezas em quatro vertentes do debate cinco anos depois da desvinculação do **HC de Botucatu**: financiamento, papel da Universidade na gestão do hospital, relação com a academia e situação dos funcionários da Unesp

Tramitação acelerada e pouco envolvimento da comunidade
Pág. 11

"De um dia para o outro, nossa vida virou do avesso"
Pág. 13

As Engenharias e o HC: Mais um capítulo na expansão da Unesp
Pág. 16

Anexos: Atas e leis da autarquização
Pág. 23

Associação dos Docentes da Unesp
Seção Sindical do Andes - Sindicato Nacional

Praça da Sé, 108, 2º andar, Sala 201, São Paulo, SP. CEP: 01.001-900
Fone: (11) 3242-0125 - http://www.adunesp.org.br
E-mail: imprensa@adunesp.org.br

Gestão 2015/2017
Presidente: João da Costa Chaves Júnior (FCL/Assis)
Vice-Presidente: Fábio Kazuo Ocada (FFC/Marília)
Secretário-Geral: Antônio Luís de Andrade (FCT/Presidente Prudente)
Vice-Secretário: Ângelo Antônio Abrantes (FC/Bauru)
Tesoureiro-Geral: Carlos Alberto Anaruma (IB/Rio Claro)
Vice-Tesoureira: Angélica Lovatto (FFC/Marília)

Jorn. Resp.: Bahiji Haje (MTb 19.458)
Estagiária de Jornalismo: Beatriz Baptista
Secretaria e distribuição: Lucimara Brandão e Altair Barbosa

Agradecimentos

Ao Sintunesp, pelo decisivo apoio logístico concedido durante os trabalhos em Botucatu, em especial aos funcionários da subsede local, Rosângela Ap. Calvi e José Ap. Rosalem.

À Adusp, pelas informações concedidas, em especial ao professor César Minto, por sua preciosa contribuição.

Editorial

As veias abertas da autarquização

A autarquização do Hospital de Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB/Unesp) é um processo – ao que tudo indica, ainda em curso – que traz preocupações tanto aos seus defensores quanto aos que se opunham a ele, especialmente no que diz respeito ao papel de vital importância que desempenha na formação dos estudantes de Medicina e de outras graduações correlatas, nas atividades de pesquisa e extensão universitária realizadas pelos docentes e pesquisadores do *campus* de Botucatu.

Conforme evidenciado pelas entrevistas que compõem esta publicação, feitas com alguns dos principais atores envolvidos, ainda persistem muitos problemas cuja solução teria sido dada como certa pela autarquização. À época, os gestores da Unesp acenavam com a solução do "problema" do financiamento do HC, que era mantido em boa parte por recursos correspondentes a cerca de 2,4% do orçamento da Unesp. No processo de negociação com o governo estadual, ficou estabelecido que, ao final, esses recursos permaneceriam na Unesp e seriam utilizados para a criação de 11 cursos de Engenharia.

Ao que parece, temos hoje uma situação bastante delicada, para dizer o mínimo. A nova situação do hospital, cujos problemas de financiamento ainda não foram resolvidos, produziu um distanciamento entre o seu funcionamento atual e as necessidades acadêmico-científicas e de formação dos estudantes médicos e paramédicos da Unesp. Prestam serviço no HC servidores técnico-administrativos da Unesp, servidores contratados pela Secretaria Estadual da Saúde, servidores contratados pela Famesp e outros por empresas terceirizadas. Há, pelo menos, quatro regimes de trabalho distintos, com diferentes níveis salariais, muitas vezes para servidores que desempenham funções idênticas, ou muito semelhantes, o que evidentemente é fonte permanente de tensão interna. Das falas dos servidores docentes e técnico-administrativos, além de alguns usuários, pode-se depreender que eles se ressentem da falta de uma maior sintonia entre o HC e a FMB.

Há um sentimento generalizado de que está em andamento, desde a autarquização, um processo de "divórcio" entre a Unesp e o seu hospital-escola em Botucatu. A Universidade não pode mais interferir no funcionamento do hospital por meio dos seus colegiados: CO, CADE, CEPE, Congregação da FMB, Conselhos de Cursos e de Departamentos. Com isso, há o risco visível – na medida que o tempo passa, e que não se tomam outras providências – de que o HC de Botucatu se afaste cada vez mais das funções para as quais foi criado, entre elas, a formação de pessoal médico e paramédico de excelência.

> Há um distanciamento entre o funcionamento do HC e as necessidades acadêmico-científicas e de formação dos estudantes médicos e paramédicos da Unesp.

Os hospitais da USP e da Unicamp, do mesmo modo, passam por dificuldades neste momento. Embora a Unicamp tenha rejeitado a autarquização, a Reitoria da USP, assim como fez a da Unesp, tem envidado esforços no sentido de se "livrar" dos hospitais a ela diretamente vinculados: o Hospital Universitário (HU/São Paulo) e o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC/Bauru).

A motivação dessas administrações está certamente fundada na crise de financiamento das universidades públicas paulistas e na opção preferencial dos reitores em

desmontar o patrimônio histórico e cultural do povo paulista que constituem essas universidades, em vez de enfrentar o Executivo e o Legislativo estaduais, exercendo legítima e necessária pressão junto ao governador e à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo por mais verbas para o sistema de educação superior pública paulista. Afinal, reitor e vice-reitor são "cargos em comissão", segundo defesa apresentada pela Procuradoria Jurídica da Unesp e acatada inicialmente por despacho do presidente do Tribunal de Justiça (TJSP), José Renato Nalini, quando suspendeu o efeito da liminar concedida à Adunesp, que previa o afastamento da professora Marilza Vieira Cunha Rudge das funções de vice-reitora da Unesp após a sua aposentadoria.

A falta de ação política dos reitores para buscar soluções para a crise de financiamento das três universidades públicas paulistas materializa-se na sua excessiva complacência para com os projetos políticos do governo estadual, ao ponto de macular as suas responsabilidades no que diz respeito à garantia da qualidade do ensino, da pesquisa e das atividades de extensão universitária. E a situação atual dos hospitais é uma das dimensões desta questão. Esta vocação para a subserviência ao governador, fruto de pecado original, também faz com que dediquem pouco apreço à democracia interna das suas universidades que, de outro modo, poderiam discutir profundamente e deliberar com mais clareza acerca das suas questões substantivas.

A "crise" do financiamento das instituições públicas estaduais está longe de uma solução adequada e só tem se aprofundado com o passar do tempo. A nosso ver, a autarquização do HC de Botucatu pode ser o primeiro passo de um processo de privatização já implementado pelo governo do estado de São Paulo em outras instituições públicas, cujo objetivo final é a transferência da gestão da coisa pública para organizações não governamentais (ONGs), organizações sociais de interesse público (OSIPs), ou mesmo para entidades privadas.

Com esta publicação, a Adunesp espera contribuir para uma melhor compreensão das dinâmicas a que as universidades públicas, em especial a Unesp, estão submetidas no contexto das suas responsabilidades quanto ao povo do estado de São Paulo, das suas atribuições enquanto formadora de quadros profissionais de excelência, de sua obrigação de prestar serviços de qualidade à população, do seu compromisso com a produção de conhecimento socialmente relevante e para com a sua democracia interna, que sempre pode ser aprimorada.

Em tempo: A Adunesp solicitou formalmente uma entrevista com a vice-reitora Marilza Vieira Cunha Rudge, que é do *campus* de Botucatu e vivenciou os fatos que levaram à autarquização. Até o fechamento desta publicação, no dia 22/12/2015, não houve retorno. Também foi endereçado ofício à Assessoria Especial de Planejamento Estratégico (APE) da Unesp, datado de 21/9/2015, solicitando informações detalhadas sobre o processo de criação dos 11 cursos de Engenharias a partir da desvinculação do HC, mas igualmente não houve retorno.

Diretoria da Adunesp S. Sindical

A falta de ação política dos reitores para buscar soluções para a crise de financiamento das estaduais materializa-se na sua excessiva complacência para com os projetos políticos do governo.

Cinco anos depois da autarquização, HC de Botucatu se ressente da falta de recursos e "divórcio" da Unesp

A transformação do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu (HCFMB) em autarquia vinculada à Secretaria Estadual da Saúde entrou em pauta no Conselho Universitário (CO) da Unesp em sua reunião extraordinária de 9/12/2009. Nesta e nas duas reuniões seguintes (25/2 e 29/4 de 2010), o então reitor, Herman Jacobus Cornelis Voorwald, foi autorizado a dar continuidade às tratativas sobre a matéria junto ao governo do estado. A proposta entrou em discussão na Assembleia Legislativa (Alesp) no final de março de 2010 e, passados apenas três meses de tramitação, culminou com a promulgação da Lei Complementar nº 1.124, pelo então governador Alberto Goldman, como mostra com mais detalhes a matéria na página 11.

Entre os que saudaram a autarquização, a grande preocupação alegada era com a situação financeira precária do hospital, sempre às voltas com escassez de recursos, falta de funcionários, de materiais e de equipamentos. Nesse sentido, a proposta defendida pela administração da Unesp, de entregar o HC à Secretaria, lhes aparecia como uma "luz no fim do túnel".

Sem discordar da existência de um cenário de crise no HC, similar ao de muitos outros hospitais universitários pelo país, os contrários à desvinculação polemizavam com a solução apontada. Tirar a gestão do HC do seio da Unesp não resolveria o problema de sub financiamento do hospital, ainda mais quando a alternativa era lançá-lo à vala comum da saúde pública do estado, tão castigada com a falta de recursos. Outro temor era que o HC se afastasse progressivamente de seu papel de ensino e pesquisa, que desempenhava em sintonia com sua função assistencial, o que seria um verdadeiro absurdo acadêmico.

Para saber o que foi feito dessas expectativas, a Adunesp foi a Botucatu, entrevistou pessoas centrais no processo da autarquização e ouviu setores da comunidade. O resultado desta incursão ajuda a jogar um pouco de luz no debate. Afinal, cinco anos depois, o que acontece com o HC de Botucatu?

Também foi pesquisada a situação na Unicamp e da USP. Na primeira, embora tenha sido ventilada, a proposta de autarquização não teve continuidade. Numa das reuniões da data-base 2015, questionado sobre a possibilidade disso ocorrer, o reitor José Tadeu Jorge foi enfático: "Está fora de cogitação". Na USP, a proposta de desvinculação de dois de seus hospitais – o HRAC, de Bauru, e o HU, da capital – veio a público em meio à forte greve de 2014 e o desfecho da discussão ainda segue indefinido, como mostra ma-

téria a patir da página 20.

Entre os entrevistados pela Adunesp em Botucatu, as dúvidas que ainda persistem no processo de autarquização do HC dizem respeito especialmente aos seguintes itens: financiamento, papel da Universidade na gestão do hospital, relação com os cursos da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) e situação dos funcionários vinculados à Unesp.

Financiamento, o tema central

Em entrevistas à imprensa em 2010, o atual superintendente do HC, professor Emílio Carlos Curcelli, mostrava-se bastante otimista com a autarquização. Na época, ele já dirigia o hospital e vislumbrou boas possibilidades com a mudança. "Acredito que será uma redenção para o HC, uma solução do ponto de vista do custeio e do investimento", dizia.

Ao falar com a reportagem da Adunesp, passados cinco anos, ele admite que os problemas ainda são muitos, mas está convencido de que a transferência para a Secretaria da Saúde foi a solução possível. "Fico imaginando como seria o cenário do HC no ambiente Unesp de hoje. Talvez estivéssemos em situação mais precária ainda do que naquela época."

Curcelli lembra que o hospital estava defasado tecnologicamente, tinha um *déficit* grande de recursos humanos e verbas de custeio longe do necessário.

Curcelli, superintendente do HC: "A Unesp precisa estar junto na hora de buscar recursos e defender o hospital."

Abaixo, *outdoor* mostra destinação de recursos para investimentos no hospital. Custeio continua sendo o grande problema

Ou seja, já estava clara há cinco anos, como está agora, a omissão das autoridades da Unesp na busca de políticas públicas adequadas ao hospital.

As melhorias mais visíveis após a autarquização, segundo o superintendente, foram a contratação de cerca de 500 novos funcionários pela Secretaria da Saúde desde 2010, por meio de concurso público, e um investimento expressivo no hospital. De 2011 a 2013, o HC recebeu cerca de R$ 70 milhões, oriundos de vários programas de estímulo aos hospitais universitários, utilizados para implementar obras, modernizar equipamentos e laboratórios. Já no custeio – insumos, medicamentos, contratos – a situação ainda deixa a desejar, como enfatiza o superintendente.

De 2014 em diante, com o fim do aporte de recursos da Unesp (*leia mais no matéria "**Tramitação acelerada**", nas págs. 11 e 12)*, o custeio do hospital viu-se na dependência direta dos repasses via orçamento do estado de São Paulo. Diferente das universidades estaduais paulistas, que contam com um percentual fixo do ICMS anualmente, após a autarquização a dotação para o HC passou a ser definida a cada ano, em sintonia com as discussões da previsão orçamentária do estado. "O orçamento do ano seguinte acaba sendo igual ao do ano anterior, apenas com a correção inflacionária", destaca Curcelli.

Em 2014, quando o HC recebeu a última parcela da Unesp (R$ 12 milhões), o aporte inicial destinado ao hospital no orçamento do estado foi de R$ 67 milhões. No decorrer do ano, após vários pedidos de suplementação, o realizado total chegou a R$ 89 milhões.

De acordo com Curcelli, atualmente metade dos recursos que chegam ao HC provém do orçamento estadual e metade do SUS, via Fundação para o Desenvolvimento Médico e Hospitalar (Famesp).

> Já estava clara há cinco anos, como está agora, a omissão das autoridades da Unesp na busca de políticas públicas adequadas ao hospital.

Contas em aberto

Em colegiados como o Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE) da Unesp, a situação financeira do HC é tema recorrente, ainda que as discussões tenham caráter meramente informativo, pois estes órgãos não têm mais competência formal para abordar questões relativas ao hospital após a autarquização. Na reunião do CADE de 18/11/2015, por exemplo, alguns conselheiros alertaram para a precariedade da situação, com a falta de materiais básicos, utensílios e medicamentos.

O professor Pasqual Barretti, empossado diretor da Faculdade de Medicina de Botucatu no final de julho de 2015, presidente do Conselho de Administração da Famesp e membro do CADE, presente à reunião, reconheceu que a crise é forte e que vem se estendendo há bastante tempo. Ele previa a necessidade de um aporte extra de R$ 24 milhões por parte do governo estadual para fechar 2015. O professor Carlos Antonio Gamero, pró-reitor de Administração e presidente do CADE, opinou na ocasião: "Se ainda estivesse vinculado à Unesp, certamente teríamos uma situação pior."

Na fala do pró-reitor, novamente se explicita a omissão das autoridades uni-

O HC e seus números

O Hospital das Clínicas de Botucatu foi originalmente pensado, em 1948, para ser um sanatório para tratamento de tuberculose, o que não aconteceu. Quando foi criada a Faculdade de Ciências Médicas e Biológicas de Botucatu (FCMBB), pela Lei nº 6.860, de 22 de julho de 1962, seu artigo 7º vinculou o hospital à faculdade, mas ele só foi instalado de fato em 1967.

Com a criação da Unesp, em 1976, a partir da junção dos vários institutos isolados, a Universidade passou a ser a única mantenedora do orçamento do hospital, até que foi celebrado, dois anos depois, o convênio com o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS). Em 1983, após aprovação da Congregação da FMB, surgiu a Fundação para o Desenvolvimento Médico Hospitalar (Famesp), que começou a atuar junto à gestão do HC. Em 1989, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS), a instituição passou a ser um "hospital universitário", responsável por oferecer, majoritariamente, procedimentos de alta complexidade na rede pública.

Atualmente, fazem parte do sistema, além do Hospital das Clínicas, o Pronto-Socorro Adulto, o Pronto-Socorro Infantil, o Hospital Estadual de Botucatu e o Serviço de Atenção e Referência em Álcool e Drogas (SARAD).

Dados fornecidos pela Superintendência do HC, em julho de 2015, mostram que o hospital é a maior instituição pública vinculada ao SUS da região, focado em procedimentos de alta complexidade e aberto à assistência em todas as especialidades médicas:

- *Abrangência*: 1,8 milhão de pessoas, de 68 municípios;
- *Leitos*: 461 operacionais, 74 de terapia intensiva;
- *Profissionais*: 2.672 servidores técnico-administrativos (entre vinculados à Unesp, à Famesp e à Secretaria de Saúde), 340 residentes, 180 médicos, 260 docentes e 100 aprimorandos.

Os dados oficiais não explicitam o número de terceirizados que atuam no HC.

A cada ano, o volume de serviços prestados à população cresce expressivamente, como mostra o quadro abaixo. A aparente redução no número de cirurgias em 2014 é produto da divisão dos procedimentos entre o HC e o Hospital Estadual de Botucatu, cabendo a este último as de menor complexidade. O quadro mostra apenas as que são realizadas no HC.

Procedimentos	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Saídas (altas e óbitos)	19.007	19.229	20.152	21.160	------ *	25.361	29.089
Cirurgias	12.218	10.450	12.600	14.423	14.394	14.058	12.899
Partos	984	975	1.179	1.724	1.989	2.018	2.123
Atendimentos de urgência e emergência	104.733	105.293	109.907	135.408	166.819	194.481	218.177
Atendimentos em consultas ambulatoriais	320.383	366.654	391.865	415.052	442.460	511.270	525.500
Serviços auxiliares de diagnóstico e terapia	1.900.932	1.977.982	2.054.161	2.195.825	2.407.535	2.513.125	2.788.888

** Não informado*

Fonte: Superintendência do HC (2015)

versitárias frente ao destino de seu hospital-escola.

Barretti, diretor da FMB: "Manter os 2,4% para o HC, mesmo com a autarquização, teria sido mais interessante"

A Unesp "tirou o pé"

Pouco antes de sua posse na direção da FMB, Barretti havia recebido a reportagem da Adunesp para falar da autarquização e de seus desdobramentos. Embora reafirmando sua posição favorável à mudança, ele teceu críticas à postura da Unesp no trâmite da desvinculação.

"Depois que o HC foi transferido à Secretaria da Saúde, a Universidade tirou o pé", considera Barretti. Para ele, a proposta definida na Unesp em 2012 – e depois formalizada pela LC 1.177, de 11/6/2012 – de extinguir o repasse de recursos para o hospital progressivamente, nos dois anos seguintes, foi mal discutida. Como mostra matéria nas páginas 11 e 12, os recursos reservados ao HC, calculados em 2,4% do orçamento total da Universidade, cessaram integralmente ao final de 2014. A partir dali, o montante foi destinado à criação de 11 cursos de Engenharia.

"Na época, o reitor Julio Cezar Durigan considerou a medida vantajosa para a Unesp, que ganharia as Engenharias, e para o hospital, que teria mais recursos", lembra o diretor da FMB. "Mas eu não via assim. Tivemos dificuldades em mostrar para o Conselho Universitário que a decisão não seria boa e que a manutenção dos 2,4% para o HC, mesmo com a autarquização, poderia ser mais interessante."

Como atestam os números expostos por Curcelli e Barretti, a situação do custeio não melhorou com a autarquização. "Agir como se não tivesse mais nada a ver com o HC é um grande equívoco da Unesp, pois o hospital continua sendo peça fundamental no treinamento dos nossos estudantes", diz o diretor da FMB. Em seus quatro anos de mandato à frente da faculdade, ele diz que a sua meta é reaproximar as partes. "É papel da direção da FMB cuidar dos seus servidores, apoiar o HC nas demandas com o governo. Sem hospital, a faculdade não tem sentido, e vice-versa. Caso contrário, corremos o risco de ver o HC transformar-se em hospital comum, e isso não seria bom para ninguém".

Curcelli é da mesma opinião. "Achar que não tem nada mais a ver seria um grande erro da Unesp, pois o HC continua sendo o hospital de ensino da instituição", pondera. "A Unesp precisa estar junto na hora de buscar recursos e defender o hospital."

Nas falas de Curcelli e Barretti, não ficam explicitadas claramente as consequências da autarquização no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa e extensão para a formação dos profissionais.

Ou seja, ao que tudo indica, a autarquização do HC pode ter se efetivado com base em "estudos realizados no âmbito da Secretaria da Saúde", conforme mencionam alguns pareceres durante a tramitação do projeto de lei correspondente na Assembleia Legislativa – no mínimo, não devidamente publicizados –, certamente não embasados em algum estudo consistente quanto à prevenção de eventuais decorrências negativas às atividades propriamente acadêmicas de um hospital-escola, o que é absolutamente descabido.

Assim, é lícito questionar: como pode a administração pública descuidar-se de aspecto educacional tão relevante? Neste sentido, é in-

> A autarquização parece ter se efetivado com base em pareceres não embasados em algum estudo consistente quanto à prevenção de decorrências negativas às atividades acadêmicas do HC.

suficiente e inócua a constatação de que "sem hospital, a faculdade não tem sentido, e vice-versa."

Além disso, é também notório que não só este ponto foi ignorado. A informação de que, após a autarquizado, ocorreu "a contratação de cerca de 500 novos funcionários pela Secretaria da Saúde desde 2010 e um investimento expressivo no hospital" revela o total descaso do poder público, provavelmente com a conivência da administração universitária, pois a necessidade de novos contratos dessa monta é prova cabal do abandono a que havia chegado o HC.

Mudar a rota?

"O HC, como todo hospital universitário, pertence à rede pública de saúde, mas é cenário de ensino e pesquisa, o que torna a relação com a Universidade um fator decisivo", opina o professor Herculano Dias Bastos.

Aposentado da docência na FMB desde 2010, atualmente dedicado à prática da medicina, ele percorreu quase todos os postos na estrutura da faculdade e do hospital – diretor do HC, diretor da FMB, chefe de departamento, membro de vários colegiados e comissões, presidente da Famesp e outros –, além de secretário da Saúde em Botucatu. "Vim para cá quando a estrada para o *campus* ainda era de terra e formávamos um pequeno grupo de 35 professores", lembra.

Em seu consultório no centro de Botucatu, ele falou à Adunesp. Herculano revela uma certa frustração com a autarquização. "Esperava algo diferente. A Unesp caiu no canto da sereia ao retirar do HC os 2,4%, destinando-os para a criação das Engenharias, achando até que sobrariam recursos para a Universidade. Isso não aconteceu."

Para ele, a Universidade jamais poderia ter "tirado o pé" totalmente. "O sentimento predominante no CO era que o HC se constituía no grande problema da Unesp em relação aos recursos, mas isso não é verdadeiro, como pudemos ver nas crises financeiras que vieram após a autarquização."

Embora a desvinculação seja um processo consumado, Herculano defende uma mudança de rota drástica por parte da Unesp: "A Universidade deveria tentar mexer no modelo. O reitor deveria estar junto, sentar com o secretário da Saúde, com a direção da FMB e do HC, para rever este processo, mesmo que isso signifique ter que investir dinheiro novamente".

Herculano: "Não é demais imaginar que, no futuro, o HC queira cobrar da Universidade pelo uso como ensino e pesquisa."

E as Engenharias? "Que tirem dinheiro de outro lugar para elas", defende.

Relação com a academia

Olhando a autarquização após cinco anos, o professor Herculano está convencido de que "transferir tudo para a Secretaria não foi uma boa, pois ela está focada na assistência médica". Para ele, ensino e pesquisa deveriam continuar no foco da Universidade. "Não é demais imaginar que, no futuro, o HC queira cobrar da Universidade pelo uso como ensino e pesquisa", alerta.

O superintendente Curcelli vê a questão com outros olhos. Ele lembra que, nas discussões que antecederam a autarquização, havia o temor, por parte da Faculdade de Medicina, de perder o controle sobre o hospital e este passar a servir unicamente às necessidades relativas à prestação de serviços assistenciais pelo estado, deixando o ensino e a pesquisa de lado. Mas não crê que isso esteja acontecendo. "A lei que criou a autarquia deixou bem claro que o HC se vincula à Secretaria da Saúde para fins administrativos e se associa à FMB para fins de ensino, pesquisa e extensão", cita ele, em referência à LC 1.124, de 1º/7/2010.

Embora lamente o fato de o superintendente ter perdido assento na Congregação da FMB com o advento da autarquia, Curcelli vê como positiva a criação de um conselho dirigente do hospital. O Conselho Deliberativo é presidido pelo diretor da FMB, formado por mais quatro

docentes e um representante dos funcionários, e tem o superintendente como membro nato.

Ele reconhece que houve mudanças na relação entre HC e FMB. Antes, o HC era mais sintonizado com os interesses dos departamentos, e os calendários eram fixados em função das necessidades de ensino. Com a autarquização, a última palavra deixou de ser da Congregação da FMB e passou para o Conselho do hospital. "O Conselho trabalha muito mais em função das necessidades que o hospital tem de cumprir com a sua missão assistencial, o que acabou criando conflitos com alguns departamentos", admite o superintendente. De um modo geral, no entanto, ele considera que este é um conflito artificial. "A presença do aluno e do docente aqui, em minha opinião, é inerente."

O professor Carlos Magno, da área de Infectologia da FMB, também constata essa mudança. Ministrando aulas para o quinto e sexto anos, ele tem uma relação bastante próxima ao cotidiano do HC. Seus alunos dividem-se em grupos para fazer estágios práticos no hospital, em todas as especialidades. Magno relata que, após a autarquização, houve um distanciamento entre as partes. "A comunidade parecia estar diante de um divórcio entre HC e FMB, o que acabou afastando alguns professores, mas a expectativa é que isso seja superado, pois ambos são lados de uma mesma moeda", compara.

> "Considerando a envergadura da mudança, o tempo de discussão foi pequeno e a comunidade ficou fora do debate. Agora, o grande temor é que o hospital seja sucateado pela falta de recursos."

De volta ao custeio, o nó górdio

"O processo deveria ter sido mais discutido nos colegiados locais e centrais, até que ficassem claras todas as informações, as boas e as más", argumenta Barretti, diretor da FMB. "No CO, ficou a impressão de que a desvinculação do HC, até então visto como um dos grandes problemas da Unesp, traria uma folga orçamentária para a Universidade, o que não aconteceu. O HC não era o problema."

Por certo, é difícil acreditar que os administradores da Unesp não tenham se dado conta, *a priori*, que não era do HC a responsabilidade pelos problemas financeiros da Universidade.

Assim como o superintendente Curcelli, o diretor da FMB vê o custeio como o item mais delicado para o HC neste momento e deposita confiança na reaproximação da Unesp na busca de dias melhores para o hospital. "Ambas as instituições devem lutar juntas pelo financiamento adequado. A autarquização é um processo difícil, que exige esforço de todos", opina Barretti.

"O processo poderia ter caminhado de outra forma se tivéssemos conseguido envolver a comunidade no debate antes que a autarquização se consolidasse", assinala Luiz Carlos de Freitas Mello, há 21 anos servidor da Unesp, lotado no HC, e ex-diretor do Sintunesp. "Considerando a envergadura da mudança, o tempo de discussão foi pequeno e a comunidade ficou fora do debate. Hoje vemos que o grande problema do hospital, que é o financiamento, não foi resolvido, da mesma forma que a Unesp segue com suas dificuldades financeiras", diz.

Para Freitas, autarquizar foi um equívoco. "As autoridades da Unesp se omitiram totalmente no seu papel de buscar recursos para o HC. Agora, o grande temor é que o hospital seja sucateado pelo agravamento da falta de recursos, e passe a ser só mais um da rede pública. Lutar por mais recursos para o hospital de forma coletiva, no conjunto das lutas da comunidade, era e continua sendo um caminho mais promissor".

Processo teve tramitação acelerada na Alesp e pouco envolvimento da comunidade

A proposta de transformar o Hospital das Clínicas em autarquia vinculada à Secretaria de Estado da Saúde foi aprovada pela Congregação da Faculdade de Medicina de Botucatu em sua 482ª reunião, realizada em 7/8/2009.

O assunto entrou em pauta no Conselho Universitário (CO) da Unesp em sua reunião extraordinária nº 140, de 9/12/2009. A maioria dos presentes decidiu autorizar o então reitor, Herman Jacobus Cornelis Voorwald, a dar continuidade às tratativas junto ao governo para concretizar a autarquização.

A ata da reunião, cujos trechos principais podem ser conferidos ao final deste caderno, na seção de **Anexos**, registra as manifestações enviadas por dois dos presentes: o conselheiro José Xaides de Sampaio Alves, eleito pelo "Chapão da Adunesp", e de Alberto de Souza, representante do Sintunesp no CO, ambos de Bauru. "Que projeto é esse de autarquização e qual o significado da busca de uma maior separação entre quem faz extensão e quem faz ensino e pesquisa?", questionou Xaides. Ele reforçou sua discordância com a saída encontrada pelos defensores da autarquização para a falta de recursos no HC. "A busca de recursos específicos para o HC não pode acarretar prejuízos para a inter-relação entre a pesquisa, a extensão e o ensino em Botucatu", enfatizou.

"É inegável que os hospitais universitários, sejam estaduais ou federais, sofrem com a falta de recursos, mas isto é responsabilidade direta do governo, que não prioriza saúde e educação", destacou Alberto. Ele alertou para o fato de que, desvinculado da Universidade, o HC não precisaria mais se submeter a nenhum órgão colegiado. Por fim, Alberto reivindicou que o assunto fosse efetivamente discutido com a comunidade antes de ser votado, e que deveria caber a ela a palavra final sobre a proposta.

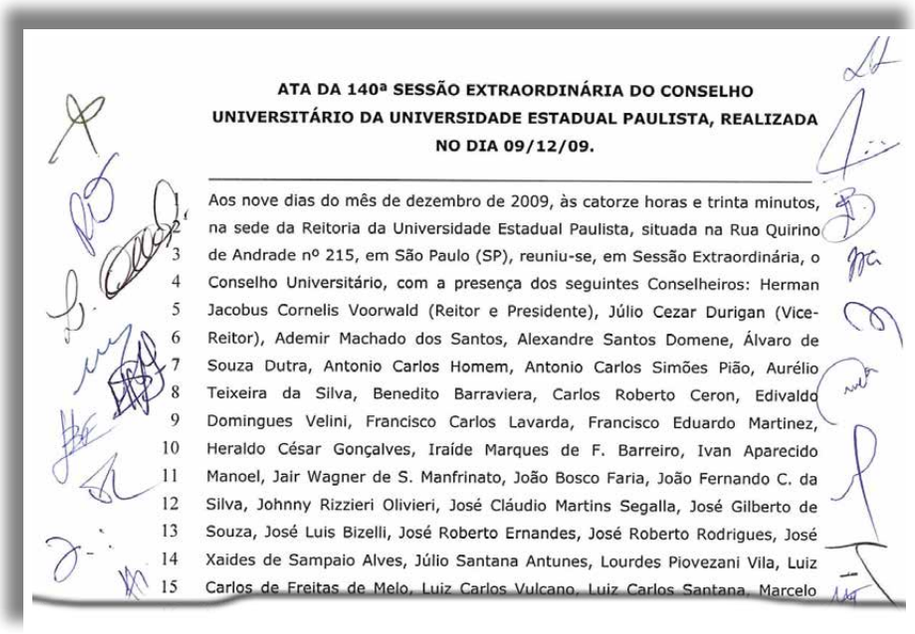
> "A busca de recursos específicos para o HC não pode acarretar prejuízos para a inter-relação entre a pesquisa, a extensão e o ensino em Botucatu."

Mas isso não aconteceu.

Em duas reuniões ordinárias do CO posteriores (nº 198, de 25/2/2010, e nº 199, de 29/4/2010), o tema voltou à pauta. Na reunião de 29/4/2010, a autarquização foi aprovada definitivamente, por 52 votos favoráveis e seis contrários.

No dia 31/3/2010, o governador José Serra enviou à Assembleia Legislativa a Mensagem nº 46, subscrita pelo secretário da Saúde, Luiz Roberto Barradas Barata, pelo reitor da Unesp, Herman Jacobus Cornelis Voorwald, e pelo secretário de Ensino Superior, Carlos Vogt. Cabe registrar que o processo legislativo teve a tramitação meteórica de apenas três meses, sem quase nenhuma discussão pública.

No dia 1º de julho de 2010, o então governador Alberto Goldman pro-



ATA DA 140ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, REALIZADA NO DIA 09/12/09.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2009, às catorze horas e trinta minutos, na sede da Reitoria da Universidade Estadual Paulista, situada na Rua Quirino de Andrade nº 215, em São Paulo (SP), reuniu-se, em Sessão Extraordinária, o Conselho Universitário, com a presença dos seguintes Conselheiros: Herman Jacobus Cornelis Voorwald (Reitor e Presidente), Júlio Cezar Durigan (Vice-Reitor), Ademir Machado dos Santos, Alexandre Santos Domene, Álvaro de Souza Dutra, Antonio Carlos Homem, Antonio Carlos Simões Pião, Aurélio Teixeira da Silva, Benedito Barraviera, Carlos Roberto Ceron, Edivaldo Domingues Velini, Francisco Carlos Lavarda, Francisco Eduardo Martinez, Heraldo César Gonçalves, Iraíde Marques de F. Barreiro, Ivan Aparecido Manoel, Jair Wagner de S. Manfrinato, João Bosco Faria, João Fernando C. da Silva, Johnny Rizzieri Olivieri, José Cláudio Martins Segalla, José Gilberto de Souza, José Luis Bizelli, José Roberto Ernandes, José Roberto Rodrigues, José Xaides de Sampaio Alves, Júlio Santana Antunes, Lourdes Piovezani Vila, Luiz Carlos de Freitas de Melo, Luiz Carlos Vulcano, Luiz Carlos Santana, Marcelo

A íntegra da ata pode ser conferida, junto a outros documentos, na seção de **Anexos**, a partir da página 23

mulgou a Lei Complementar nº 1.124, que conferiu personalidade jurídica ao HC, como entidade autárquica, vinculada à Secretaria Estadual da Saúde. A assinatura de Goldman, à época alçado à titularidade por conta da renúncia do governador José Serra, para ser candidato à Presidência da República, culminava um processo recheado de críticas de uns, elogios de outros, incertezas de quase todos.

É importante assinalar, ainda, que a Lei Complementar nº 1.177, de 11 de junho de 2012, modificou o Artigo 21 da lei que autarquizou o HCFMB, que tinha a seguinte redação:

"Artigo 21 - Para atender ao disposto nesta lei complementar, a Unesp promoverá anualmente, em duodécimos, a transferência de 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento) dos repasses do Tesouro Estadual para o HCFMB."

(*Lei Complementar nº 1.124, de 1º de julho de 2010*).

O artigo passou a ter a redação a seguir:

"Artigo 21 - Para atender ao disposto nesta lei complementar, a Universidade Estadual Paulista 'Júlio de Mesquita Filho' - Unesp promoverá, anualmente, em duodécimos, a transferência dos repasses do Tesouro do Estado para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - HCFMB, na seguinte conformidade:

I - até o exercício de 2011, 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento);

II - no ano de 2012, 2% (dois por cento);

> A assinatura de Goldman, à época alçado à titularidade por conta da renúncia do governador Serra, culminava um processo recheado de críticas de uns, elogios de outros, incertezas de quase todos.

III - no ano de 2013, 1% (um por cento);

IV - no ano de 2014, 0,6% (seis décimos por cento).

§ 1º - A partir do exercício de 2015, ficam encerrados os repasses da Unesp para o HCFMB.

§ 2º - O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, será responsável pelo repasse ao HCFMB dos recursos do tesouro estadual correspondentes às diferenças entre o percentual fixado no inciso I e os fixados nos incisos II a IV deste artigo.

§ 3º - Os recursos decorrentes da redução dos percentuais fixados para o triênio 2012 a 2014, nos termos dos incisos II a IV deste artigo, serão utilizados pela Unesp para a criação e implementação de 11 (onze) novos cursos de graduação e respectivas vagas, conforme cronograma a ser estabelecido de comum acordo entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e a Reitoria da Universidade.

§ 4º - A Unesp demonstrará o cumprimento do cronograma previsto no parágrafo anterior ao incluir os novos cursos de que trata o § 3º deste artigo em seu vestibular, sendo 3 (três) em 2012, 5 (cinco) em 2013 e 3 (três) em 2014.

§ 5º - Em caso de descumprimento do cronograma a que se referem os parágrafos 3º e 4º deste artigo, a Unesp ficará responsável pelo repasse de recursos ao HCFMB, em valor proporcional ao que deveria ter sido utilizado para a efetiva implementação dos cursos".

(*Lei Complementar nº 1.177, de 11 de junho de 2012, retroagindo seus efeitos a 01/01/2012*)

Na seção de Anexos, a partir da página 23, confira a íntegra de ambas as leis.

"De um dia para o outro, nossa vida virou do avesso"

Desvinculação do HC trouxe incertezas e constrangimentos para servidores da Unesp

Freitas, Florian e Marcolino, servidores da Universidade: Sensação entre os trabalhadores é de insegurança

No dia 27/2/2015, uma sexta-feira, os funcionários do setor de Manutenção da Faculdade de Medicina de Botucatu (FMB) receberam uma carta, convocando-os para uma reunião na segunda-feira. Depois de um final de semana de torturantes expectativas, já reunidos com representantes do RH do hospital, foram informados de que o setor seria terceirizado, como decorrência da autarquização. A empresa contratada começou o trabalho já no dia seguinte.

Simples assim.

Os cerca de 10 funcionários contratados via Famesp perderam o emprego. Dos 16 servidores da Unesp, uma parte foi realocada para outros setores da FMB, a maioria com situação indefinida, e sete optaram por permanecer na Manutenção, agora voltada exclusivamente para atender a Faculdade.

Em meados de julho de 2015, a reportagem da Adunesp esteve no setor para conversar com os remanescentes da Unesp. Pairava no ar um clima de frustração com a situação. "Foi muito desrespeitosa a forma com que trataram a gente. Estou há 21 anos na Unesp e sempre fiz meu trabalho com muito zelo. Acho que merecia mais respeito", reclamou um deles. "De um dia para o outro, nossa vida virou do avesso", disse outro.

Os servidores lotados na Manutenção estão entre os mais afetados pela autarquização

Assim como aconteceu com os demais setores do HC, quase toda a infraestrutura da Manutenção passou às mãos da Secretaria da Saúde.

Em sua entrevista à Adunesp, o professor Emílio Carlos Curcelli, superintendente do HC, explicou que a terceirização, em sua maior parte, é uma exigência da nova situação do hospital. "No quadro de pessoal do estado, não existem algumas funções, o que impede que

haja contratações diretas", disse Curcelli para justificar a ampliação do mapa da terceirização após a passagem do hospital para a Secretaria da Saúde. Estão terceirizados os serviços de Limpeza, Vigilância/Segurança, Lavanderia, Portaria/Recepção, Copa/cozinha e parte do Serviço de Nutrição e Dietética (SND), além de frações de áreas como Informática, laboratórios etc.

O superintendente assegura que, para buscar um maior controle sobre os serviços terceirizados, há servidores da Unesp, da Famesp ou da autarquia na gestão dos contratos ou atuando como supervisores das áreas.

"A rotatividade entre os terceirizados é grande, provavelmente por conta dos salários muito baixos, e isso contribui para a queda da qualidade nos serviços prestados", testemunha Ademir Florian, técnico em Radiologia, na Unesp há 37 anos.

No mesmo dia em que conversou com os remanescentes da Unesp na Manutenção, a Adunesp falou também com funcionários da empresa Active, contratada para tocar os serviços deste setor exclusivamente para o HC. "Estamos tomando pé de tudo aos poucos, pois isso aqui é muito grande", diz um auxiliar de operações da Active. "As orientações do pessoal da Unesp têm sido muito valiosas para nós", conta ele, cujo salário é de cerca de R$ 1.100,00.

Colcha de retalhos

O quadro funcional do HC, hoje, é um aglomerado das incertezas a que foram submetidos os funcionários depois da autarquização. De acordo com dados divulgados pela superintendência do HC, em julho de 2015, havia 2.672 funcionários no total, sendo 822 da Unesp, 801 da autarquia e 1.049 pela Famesp. Não há informações oficiais sobre o total de terceirizados que prestam serviço no hospital, mas se sabe que o pagamento às empresas contratadas corresponde a 15% dos custos do HC.

> Mais uma vez, os números mostram a acomodação dos administradores da Unesp diante da dramática falta de funcionários que se abatia sobre o HC bem antes da autarquização.

"O único posto em que os salários da autarquia são melhores é o de médico. Nos demais, a remuneração via Famesp e autarquia são inferiores aos pagos pela Unesp", diz Curcelli. Ele reconhece que a autarquização trouxe estas diferenciações, mas acredita que houve recompensas: "Como o HC sobreviveria sem estas cerca de 500 contratações novas, feitas via concurso pela Secretaria da Saúde, de 2010 até hoje?"

Mais uma vez, os números mostram a acomodação dos administradores da Unesp diante da dramática falta de funcionários que se abatia sobre o HC bem antes da autarquização. No mínimo, uma leniência diante da dramática situação do hospital-escola da Universidade.

Luiz Carlos de Freitas Mello, há 21 anos lotado no HC, compara a situação atual do quadro funcional do hospital a "uma colcha de retalhos". O ex-diretor do Sintunesp comenta que, dentre o pessoal da Unesp, as incertezas permanecem. "Uma boa parte ainda busca se recolocar dentro dos serviços do hospital ou em outros setores da FMB".

Freitas também chama a atenção para outros problemas enfrentados pelos servidores da Unesp no HC: "Antes, as questões do hospital podiam ser discutidas nos colegiados da Universidade, como o CADE e o CO, mas perdemos isso. Hoje, somos um corpo estranho no HC, sem poder de voz ou de participação, e o pouco que havia de gestão democrática se desfez", constata. Ele também ressalta que vários itens relativos à Avaliação de Desempenho, o ADP, não são considerados pelo fato destes funcionários estarem cedidos ao hospital.

Jurandir Custódio Marcolino, há 28 anos na Unesp e atuando no Hemocentro, cita outro prejuízo: "Os últimos cursos oferecidos pela FMB não foram abertos aos funcionários da Unesp", lamenta.

Florian relata que em seu setor trabalham cerca de 60 pessoas, aproximadamente um terço pela Unesp, outro terço pela Famesp e o restante pela autarquia. "É natural que a diferença salarial acabe criando um clima de constrangimento e de insatisfação", avalia.

"Concordo que a sensação que ficou na maior parte dos servidores da Unesp é de insegurança", diz o professor Pasqual Barretti, empossado como diretor da FMB no final de julho de 2015. "Cabe à gestão da FMB entender melhor a interface entre HC e Unesp", pondera. Ele acredita que vai levar tempo para que a situação destes servidores se estabilize. "Os funcionários da Unesp que perderam seus postos de trabalho com a terceirização precisam receber cuidados e atenção da FMB, pois há necessidades em outros setores. A terceirização é um processo doloroso."

Para Barretti, é essencial que os da Unesp estejam motivados. "Temos que criar um clima positivo, para que estes servidores passem toda a sua experiência aos mais novos"

Esperança e confiança de quem vem de longe

Todos os dias, a Prefeitura de Piraju/SP, município distante 143 km de Botucatu, disponibiliza um ônibus para transportar pacientes para o HC. Waldir e Luzia Pereira da Silva conhecem bem essa rotina. "Saímos de lá às 4 da manhã e retornamos às 14h", conta ele, que já fez alguns tratamentos no HC, mas que agora vem para trazer a esposa. "Tenho um tumor no olho e faço acompanhamento semanal. Não sei o que seria de nós sem isso aqui", diz Luzia.

"Demora um pouco para ser atendido, mas vale a pena, porque os médicos daqui são muito bons", ressalta José Ferreira da Silva, que saiu de Porangaba/SP, 80 km de Botucatu, às 5h30. "Tenho hepatite e não sei o que seria de mim sem esse hospital."

Sempre que precisou, Maria Luísa Falaguera Ardanaz encontrou no HC o atendimento necessário. Já se tratou de gastrite, úlceras e outros problemas menores. Desde setembro de 2009, cuida de um câncer. Moradora de Botucatu e ex-funcionária do Departamento de Patologia da Faculdade de Medicina da Unesp, ela se aposentou em 2011.

Nos últimos anos, Maria Luíza notou mudanças nos serviços do hospital. "Depois que virou autarquia, não vi diferença no atendimento pelos médicos, mas percebo funcionários mais inexperientes, sem a vivência profissional que havia antes, e também uma infraestrutura mais frágil em termos de instalações, higiene e alimentação", avalia. Nos corredores, ela ouve falar que estão faltando medicamentos e materiais de trabalho, mas diz não saber a dimensão do problema. "Torço para que a qualidade se mantenha e que essas dificuldades passem, pois esse hospital faz toda a diferença na vida da nossa região"

Luzia, Waldir e Luíza, usuários do HC: Importância vital para as comunidades da região

As Engenharias e o HC

Encontros e desencontros em mais um capítulo da expansão na Unesp

Em junho de 2012, o governador Geraldo Alckmin promulgou a Lei Complementar 1.177, com o objetivo de regulamentar e dar forma legal à autarquização do ponto de vista financeiro. A LC 1.177 alterou o artigo 21 da LC 1.124, de 1/7/2010, que havia aprovado a passagem do HC para a Secretaria da Saúde. Pela nova redação, ficou definido que a Unesp deixaria de repassar recursos ao HC (calculados em 2,4% de seu orçamento) ao final de 2014, na seguinte proporção:

- Até o exercício de 2011, total de 2,4%
- Em 2012: 2%
- Em 2013: 1%
- Em 2014: 0,6%

A LC 1.177 ainda determinou que os recursos decorrentes da redução dos percentuais fixados para o triênio 2012 a 2014 deveriam ser utilizados pela Unesp para a criação de novos cursos de graduação. A criação dos cursos (11 graduações em Engenharia em nove cidades, sendo duas num novo *campus* a ser implantado em São João da Boa Vista), havia sido aprovada pelo Conselho Universitário no dia 8/3/2012. De acordo com matérias divulgadas no portal da Unesp na época, ao final de cinco anos, a instituição deveria contar com mais 2.200 estudantes novos.

A decisão do CO deu margem a muitos questionamentos. Entre os defensores da autarquização, como mostra a matéria principal desta reportagem, nas páginas 5 a 10, a opinião predominante é que a Universidade deveria manter sua presença no financiamento do HC, mesmo após a passagem para a Secretaria da Saúde. "Ao menos parte dos recursos deveria ser mantida em prol do HC, uma vez que as atividades de ensino e pesquisa não devem se alterar. Faltou uma discussão mais aprofundada no CO sobre isso", resume o professor Pasqual Barretti, atual diretor da FMB.

Para além do que foi tornado público, a administração da Unesp parece ter assumido com o governo do estado o compromisso de abrir as 11 graduações citadas sem qualquer estudo aprofundado de sua adequação financeira aos 2,4% do orçamento total da Universidade, o que poderia explicar sua recusa em continuar repassando parte de seu orçamento ao HC. Mas, independentemente disso, parece claro que o episódio da autarquização não incluiu a precaução em preservar a garantia de condições adequadas para o funcionamento do hospital-escola, seja por parte do governo do estado, seja por parte da Unesp, o que é ainda mais preocupante.

Para a Adunesp, a criação das Engenharias, que tem desdobramentos até recentemente, foi mais um capítulo na atabalhoada expansão a que tem sido submetida a Unesp desde o início dos anos 2000: de um lado, a pressão do governo para que ocorra a expansão, de acordo com sua conveniência; de outro lado, a subserviência da administração universitária, que não exige sequer a contrapartida dos recursos para tal, além do fato de não discutir devidamente com a comunidade acadêmica antes de tomar a decisão de

expandir a instituição.

Em sua plenária estadual de 3/2/2015, realizada no *campus* de Marília, a Adunesp aprovou uma moção intitulada "**Nenhuma expansão sem a contrapartida real de recursos**", com o objetivo de orientar a ação dos conselheiros membros do Chapão da Adunesp nos vários colegiados. A moção indica a defesa dos seguintes tópicos quando o assunto é a expansão:

1) Que se garantam recursos para atender as demandas e consolidar os cursos criados dentro do estatuto da Universidade nos últimos processos de expansão – unidades experimentais, cursos novos, bacharelados-BAC/LIC, cursos de Engenharia – com infraestrutura para o ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade e com contratações de servidores e docentes.

2) Que nenhuma proposta de expansão tramite antes que seja feita a consolidação da expansão já em curso, e que qualquer proposta de cursos novos não seja apreciada sem a necessária aprovação do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE) quanto ao financiamento.

Ou seja, a Adunesp explicita claramente seu posicionamento: **não** é contrária à expansão, mas **sim** contra qualquer expansão feita de forma indiscriminada, sem o devido planejamento prévio, antecedida de todos os cuidados para a garantia de atividades de ensino, pesquisa e extensão, o que pressupõe pessoal qualificado e contratado por concurso público, infraestrutura condizente com uma instituição

> A Adunesp não é contrária à expansão, mas sim contra qualquer expansão feita sem planejamento e cuidados com a prevalência do tripé ensino/pesquisa/extensão e com a garantia de recursos perenes.

pública de boa qualidade. Por sua vez, tudo isso exige um inequívoco ponto de partida: o financiamento adequado.

Cenário incerto

Os documentos distribuídos pela Reitoria no decorrer da aprovação dos 11 cursos de Engenharia não permitiam concluir se os recursos correspondentes aos 2,4% antes destinados ao HC seriam suficientes para cobrir as despesas com as novas graduações. Os gastos de um curso não se restringem à contratação de profissionais e à instalação inicial de laboratórios, mas exigem também a previsão de custos para a contratação de pessoal, manutenção e modernização de equipamentos, bibliotecas, laboratórios, aumento progressivo de estudantes ao longo de alguns anos, políticas adequadas de permanência estudantil, entre outros aspectos.

Em ofício endereçado à Assessoria Especial de Planejamento Estratégico (APE) da Unesp, datado de 21/9/2015, a Adunesp solicitou informações detalhadas sobre o processo, entre elas:

- A manutenção dos 2,4%, antes destinados ao HC no orçamento da Unesp, é suficiente para cobrir os gastos resultantes da criação dos 11 novos cursos em todos os seus aspectos – pessoal, laboratórios, equipamentos etc. – nos próximos anos?
- Qual é o montante de recursos previstos para assistência e permanência estudantil nos novos cursos de Engenharia, uma vez que haverá o ingresso de estudantes cotistas?
- A contratação de servidores docentes e técnico-administrativos também está suspensa para esses cursos?
- Quanto se gasta com os salários e benefícios pagos aos servidores da Unesp que seguem prestando serviços no HC?

Até o fechamento desta publicação, no dia 22/12/2015, não houve retorno ao ofício!

Na foto da página anterior, protesto da Adunesp em 2004, contra a expansão sem garantia de recursos perenes.

Logo acima, servidores do recém-criado *campus* de Rosana, em novo protesto no ano de 2005

A expansão necessária e a crise de financiamento

A postura subserviente das reitorias das universidades estaduais paulistas ao governo do estado, especialmente nos episódios de expansão de cursos e *campi*, que na Unesp tiveram início em 2002, está na base da propalada "crise" atual, que culminou com uma greve de quase quatro meses em 2014 e constituiu também a base da argumentação das reitorias nas negociações da data-base de 2015.

Ao longo do tempo, ocorreram várias expansões nestas instituições, sem aportes permanentes de recursos. Por exemplo, a criação da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH, também conhecida como USP Leste), a incorporação da Faculdade de Engenharia Química de Lorena (EEL, antiga Faenquil) e a criação de diversas faculdades (no *campus* de Ribeirão Preto) pela USP; a criação da Faculdade de Ciências Aplicadas em Limeira, pela Unicamp; e a criação de várias unidades experimentais (Dracena, Itapeva, Ourinhos, Registro, Rosana, Sorocaba, Tupã e São João da Boa Vista) e novos cursos pela Unesp, sendo as 11 Engenharias o capítulo mais recente.

Aumento de recursos é bandeira nas lutas das estaduais paulistas há muito tempo: Abaixo, mobilização em 1999

É essencial registrar ainda que, como o Fórum das Seis tem insistido há muito, antes mesmo destas expansões, os

Universidades estaduais paulistas: indicadores de 1995 a 2014

	UNESP			UNICAMP			USP		
	1995	2014	Variação	1995	2014	Variação	1995	2014	Variação
Docentes	3.497	3.880	10,9%	1.996	1.795	- 10,1%	5.056	6.090	20,5%
Técnico-administrativos	7.918	7.071	- 10,7%	8.681	8.517	- 1,9%	15.105	17.200	13,9%
Cursos de graduação	80	154	92,5%	44	66	50,0%	132	300	127,3%
Vagas em graduação / Vestibular	4.311	7.679	78,1%	1.990	3.320	66,8%	6.902	11.057	60,2%
Alunos matriculados / graduação	19.618	39.827	103,0%	9.992	18.698	87,1%	33.479	59.081	76,5%
Cursos de pós-graduação	125	232	85,6%	85	145	70,6%	476	676	42,0%
. Mestrado	-	-	-	46	75	63,0%	257	353	37,4%
. Doutorado	-	-	-	39	70	79,5%	219	323	47,5%
Alunos matriculados / pós-graduação	4.777	13.206	176,4%	8.771	14.936	70,3%	19.683	35.810	81,9%
. Mestrado	3.395	7.096	109,0%	3.830	5.175	35,1%	8.024	14.195	76,9%
. Doutorado	1.382	6.110	342,1%	2.996	6.223	107,7%	6.060	15.866	161,8%
. Especialização	-	-	-	894	982	9,8%	-	-	-
. Especiais	-	-	-	1.945	3.538	81,9%	5.599	5.749	2,7%
Títulos outorgados (total)	581	2.969	411,0%	1.044	2.185	109,3%	2.643	6.282	137,7%
. Mestrado	433	1.970	355,0%	724	1.237	70,9%	1.584	3.600	127,3%
. Doutorado	148	999	575,0%	320	948	196,3%	1.059	2.682	153,3%

Fonte: Anuários Estatísticos da Unesp e da Unicamp (1996-2015) e Cruesp (Reitoria da USP, junho/2015).

atuais 9,57% do ICMS-QPE, em vigor desde 1995, não têm sido suficientes para sustentar a capacidade já instalada das universidades estaduais. Afora isso, nos últimos anos, o cálculo desses 9,57% tem se dado após a retirada de recursos para programas habitacionais, de recursos devolvidos aos contribuintes via o programa "Nota Fiscal Paulista" (contabilizados como restituição do ICMS) e, ademais, sem levar em consideração juros e correção monetária do ICMS recolhido em atraso.

O quadro na página anterior mostra como as universidades estaduais paulistas vêm expandindo vertiginosamente vagas e cursos, tanto na graduação quanto na pós-graduação, nos últimos anos, sem que o percentual de 9,57% de repasse do ICMS-QPE tenha se alterado desde 1995. Tomando por base o período de 1995 a 2014, o quadro evidencia que o número de servidores docentes e técnico-administrativos cresceu muito pouco ou até diminuiu no período – apesar do aumento do processo de terceirização –, em evidente contraste com o crescimento de cursos e vagas.

O processo de maturação e consolidação de universidades exige aumento de investimento para poder garantir, com qualidade, a continuidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão. E é sempre bom lembrar que o esforço continuado de docentes, funcionários e estudantes da Unesp, Unicamp e USP – apesar do contínuo estrangulamento de verbas, acarretando salários arrochados e ausência de políticas adequadas de permanência estudantil – tem sido responsável pelo fato de as universidades estaduais paulistas desenvolverem a maioria da pesquisa realizada no país. Comprometer esse desenvolvimento equivale a sacrificar a qualidade da produção científica, tecnológica e cultural paulista e brasileira

Passeata organizada pelo Fórum das Seis em 2005

Processo começou nas três universidades, mas vingou apenas na Unesp

As discussões sobre a autarquização tiveram início em meados dos anos 2000. Em 2005, chegou a ser montada uma comissão no âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia, com membros da Unesp, Unicamp e USP, para debater o assunto, mas ela não prosperou. Em 2009, quando o secretário de Saúde era Luiz Roberto Barradas Barata, o tema ressurgiu com mais força, mas acabou se concretizando apenas na Unesp.

Foto extraída do Jornal da Unicamp

Reunião na Unicamp, no dia 5/8/2009, para discutir a proposta de autarquização dos hospitais das universidades estaduais paulistas.
Da esq. p/ a dir.: Marcos Boulos, Sérgio Swain Muller, José Antonio Rocha Gontijo e Benedito Carlos Maciel, à época respectivamente diretores das faculdades de Medicina da USP/SP, Unesp, Unicamp e USP/Ribeirão Preto

No dia 7/8/2009, a Congregação da Faculdade de Medicina da Unesp deu seu aval à proposta. No final do mesmo ano, em reunião no dia 9/12, a medida foi aprovada pelo Conselho Universitário. A promulgação das leis complementares 1.124, em 1º/7/2010, e 1.177, em 11/6/2012, deu forma legal à mudança, como mostra a matéria "***Tramitação acelerada***", na pág. 11.

Em 2013, durante a campanha eleitoral que o conduziria à Reitoria, José Tadeu Jorge reconheceu as dificuldades financeiras na manutenção da área de saúde da Unicamp – composta principalmente pelo Hospital das Clínicas, Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher, Hemocentro e Gastrocentro –, mas sequer citou a possibilidade da autarquização. "Nossas propostas incluem uma atuação mais incisiva na captação de recursos junto aos governos federal e estadual", resumiu Tadeu. Em reuniões entre Cruesp e Fórum das Seis na data-base de 2015, questionado se haveria intenção, agora, de autarquizar o HC da Unicamp, ele enfatizou: "Isso está fora de cogitação."

Na USP, o sistema hospitalar compõe-se de quatro unidades principais: o Hospital Universitário (HU/São Paulo) e o Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais (HRAC/Bauru, conhecido como "Centrinho"), que são órgãos complementares da Universidade; e os Hospitais de Clínicas das Faculdades de Medicina (da USP) em São Paulo e em Ribeirão Preto, que são autarquias vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde e associadas à USP.

Em meio à greve nas estaduais paulistas em 2014, o reitor Marco Antonio Zago apresentou suas propostas para a pretensa solução da crise financeira da USP, entre elas a desvinculação do HU e do HRAC, bem como a aprovação de um Programa de Incentivo à Demissão Voluntária (PIDV) para diminuir 2.800 funcionários da Universidade. A reação da comunidade, ainda no calor da greve, foi intensa. Das medidas pretendidas, até o momento vingou apenas o PIDV, que foi arrasador, em especial no caso do HU: 213 funcionários, sendo 18 médicos, deixaram o hospital.

A comissão criada pelo Conselho Universitário da USP em setembro de 2014, com o objetivo de realizar estudos e dar seu parecer sobre a proposta de desvinculação do HU, apresentou seus resultados em julho de 2015. De forma explícita, a comissão – formada por diretores de faculdades relacionadas, dirigentes do HU, representantes de funcionários e de estudantes – foi categórica ao recomendar que o HU continue vinculado à USP, que sua governança "continue a ser exercida pelas unidades que lá atuam, com a atual composição do seu Conselho Deliberativo", que "se mantenham as características do HU como hospital secundário, inserido na rede de atenção da saúde", o que implica continuar atendendo a comunidade da região Oeste, e que "se busque a repactuação do financiamento para o HU com os gestores do SUS."

A seguir, leia mais sobre a situação na USP na entrevista com Gerson Salvador, médico do HU e representante dos funcionários na comissão criada pelo Conselho Universitário.

Entrevista

"A crise na USP não tem relação com o HU"

Gerson Salvador fala do Hospital Universitário (HU) da USP com conhecimento de causa. Diretor de comunicação do Sindicato dos Médicos de São Paulo, Simesp, ele é graduado pela USP, médico e vice-diretor clínico do HU.

Quando o reitor da USP, Marco Antonio Zago, anunciou a intenção de transferir o HU e o HRAC (Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da USP, em Bauru) para a Secretaria da Saúde, em meio à greve de 2014, Gerson foi à luta junto com as entidades sindicais (Adusp e Sintusp) e estudantil (DCE-Livre da USP). Ele conta que a concretização do plano de demissões voluntárias, pela Reitoria, deixou o HU em situação dramática.

Salvador fez parte da comissão criada pelo Conselho Universitário da USP para estudar a proposta de desvinculação do HU, que apresentou os resultados de seu trabalho em julho de 2015 e recomendou a permanência do hospital no seio da Universidade.

Nesta entrevista à Adunesp, concedida por e-mail, ele conta como está a situação atualmente. Confira:

Salvador fala durante audiência pública na Alesp, no dia 27/8/2014. Nas demais fotos que ilustram a entrevista, outros flashes do ato organizado pelo Fórum das Seis para acompanhar a atividade

***Adunesp**: Em 2014, em meio à greve nas universidades estaduais, a Reitoria da USP apresentou a proposta de desvinculação do HRAC e do HU. Isso chegou a acontecer?*

***Gerson Salvador**:* Em setembro de 2014, o Conselho Universitário aprovou mudança estatutária que permitiria vincular o HRAC à Secretaria Estadual da Saúde (SES), decisão que não teve consequência porque a competência de transferência é do governador, que não concordou. No caso do HU, a decisão foi adiada. Até o presente momento, o Conselho Universitário não voltou a tratar desse tema. O reitor nomeou uma comissão para estudar a proposta de vinculação do HU à SES. Encerrados os trabalhos, em julho de 2015, a comissão recomendou ao reitor e ao Conselho Universitário que o hospital siga vinculado à USP.

***Adunesp**: Segundo denúncia do Sintusp, a aplicação do Plano In-*

centivado de Demissão Voluntária (PIDV) pela Reitoria da USP trouxe reflexos dramáticos para o HU. Como está a situação?

Salvador: Antes do PIDV, o número de funcionários já era insuficiente em diversos setores, e a demanda era atendida graças ao empenho das equipes assistenciais. Após o PIDV, em que 213 funcionários foram desligados, a insuficiência de pessoal levou ao bloqueio de mais de 20% dos leitos de internação e 40% dos leitos de UTI, pacientes têm permanecido internados em macas de pronto-socorro, ambulatórios têm fluxo reduzido, três salas do centro cirúrgico foram fechadas, praticamente inviabilizando as cirurgias eletivas. O PIDV precipitou uma crise sem precedentes no HU.

Adunesp: *Em termos de financiamento, qual é a situação do HU hoje?*

> "Espero que a Reitoria da USP acate a recomendação feita pela comissão que ela mesma nomeou: manter o HU vinculado à Universidade de São Paulo."

Salvador: Mais de 90% do financiamento do HU provêm da USP e cerca de 7% vêm do SUS. Essa proporção está inadequada e é necessário que os gestores do SUS colaborem com o financiamento do hospital. Mas deve ficar claro que a proporção de recursos destinados ao HU é a mesma desde 1992, quando a USP passou a ter autonomia administrativa e financeira. Portanto, a crise em que a USP se encontra não se deve, absolutamente, aos custos do hospital.

Adunesp: *Ainda há a possibilidade de o HU ser desvinculado?*

Salvador: O HU já é um hospital do estado, a USP é do estado! Quanto a ser transferido à Secretaria de Estado da Saúde, o secretário e o próprio governador já se posicionaram contra. Em relação à posição da Reitoria da USP, espero que acate a recomendação feita pela comissão que ela mesma nomeou: manter o HU vinculado à Universidade de São Paulo.

Adunesp: *No seu ponto de vista, quais são os principais problemas do HU hoje e as possíveis soluções?*

Salvador: A questão do financiamento precisa ser equacionada. Um hospital como o HU, que atende à rede e é referência para casos graves em um distrito maior do que a maioria das grandes cidades do estado, precisa ter melhor atenção dos gestores do SUS. Mas o principal problema do HU é a falta de recursos humanos. O número de profissionais não é suficiente para que a instituição funcione em sua plenitude, e isso precisa ser resolvido imediatamente. Caso contrário, haverá prejuízo na formação de cerca de 2.500 estudantes ao ano e na assistência a mais de 500.000 pessoas.

Anexos

. Trechos da ata de reunião da Congregação da Faculdade de Medicina de Botucatu em 7/8/2009.

. Ata da reunião do Conselho Universitário da Unesp em 9/12/2009.

. Lei Complementar nº 1.124, de 1º/7/2010, que deu forma legal à autarquização do HC da Unesp.

. Lei Complementar nº 1.177, de 11/6/2010, que alterou o Artigo 21 da LC 1.124.

unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
CÂMPUS DE BOTUCATU
FACULDADE DE MEDICINA
Divisão Técnica Acadêmica
BOTUCATU, SP - RUBIÃO JÚNIOR - CEP 18618-000 - Fone (014) 3811-6283 - FAX (014) 3815-2202

Fl. 87
Proc. 6399/09
Rubr.

Ata da 482ª reunião ordinária da Congregação da Faculdade de Medicina, realizada no dia 07 de agosto de 2009

No dia 07 de agosto de 2009 às 8 horas e 30 minutos, na sala de reuniões professor Mário Rubens Guimarães Montenegro junto à Diretoria da Faculdade de Medicina, sob a presidência do senhor diretor da Faculdade de Medicina, professor doutor Sérgio Swain Müller, vice-diretora da Faculdade de Medicina, professora titular Silvana Artioli Schellini; superintendente do Hospital das Clínicas: professor doutor Emilio Carlos Curcelli; chefes de departamentos: professor adjunto Paulo do Nascimento Junior, professor adjunto Hamilton de Almeida Rollo, professora assistente doutora Marina Politi Okoshi, professor assistente doutor Vidal Haddad Junior, professora adjunta Jussara Marcondes Machado, professora doutora Eliana Aguiar Petri Nahas, professor doutor Roberto Colichio Gabarra, professora adjunta Regina Helena Garcia Martins, professora adjunta Mariângela Esther Alencar Marques, representante do Departamento de Pediatria professora doutora Giesela Fleischer Ferrari, representante do Departamento de Saúde Pública professora doutora Ione Morita, professor doutor José Carlos Trindade Filho; professora doutora Ilda de Godoy, representantes docentes: professor doutor Paulo José Fortes Villas Boas, professor adjunto Luiz Eduardo Naresse, professor doutor Antonio Luiz Caldas Junior; representante dos coordenadores de graduação: professor doutor Joelcio Francisco Abbade; representante dos coordenadores de programas de pós-graduação: professor adjunto César Tadeu Spadella; Representante da Associação Docente Local: professora assistente Silvia Maria Caldeira; representante da comissão permanente de extensão universitária: professor doutor Antonio Carlos Lotelli Rodrigues, representante da comissão permanente de pesquisa: professora adjunta Ligia Maria Suppo de Souza Rugolo; representantes discentes: Giovana Tuccille Comes e Pedro Tadao Hamamoto Filho, representante da entidade estudantil: Érika Hissae Sassaki Abe; representante indicado pela associação local dos servidores: José Vitor Celestino; representante dos servidores: Jesse James Alvarado, Luiz Carlos de Freitas Melo e

88
6399/09

Nádia dos Reis Carvalho; convidada: conselho de residência médica: professora doutora Érika Veruska Paiva Ortolan; convidado da associação dos médicos contratados: Geraldo Henrique Soares da Silva; convidado do conselho universitário e presidente da Famesp: professor adjunto Pasqual Barretti; convidado da Diretoria Clínica do hospital das Clínicas: doutor André Luiz Balbi; convidada: comissão aprimoramento profissional: Maria Luiza Cotrim Sartor de Oliveira. Havendo quorum de 81,08%, iniciou os trabalhos da 482ª reunião ordinária da Congregação, dando boas vindas ao Chefe e Vice-Chefe do Departamento de Clínica Médica: professora doutora Marina Politi Okoshi e professora doutora Gláucia Maria F. da Silva Mazeto. **A) EXPEDIENTE: COMUNICAÇÕES DO DIRETOR DA FACULDADE DE MEDICINA:** 1. Justificativas de ausência conforme estabele[illegible]

[illegible] de Pádua Pithon Cyrino. **VI - ASSUNTOS NOVOS: 10 - TRANSFORMAÇÃO DO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA FACULDADE DE MEDICINA DE BOTUCATU - UNESP EM AUTARQUIA DA SECRETARIA DO ESTADO DA SAÚDE:** após ampla discussão deliberou com 24 (vinte e quatro) votos favoráveis e 06 (seis) abstenções, pela criação de autarquia para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Unesp, campus de Botucatu, vinculada à Secretaria de Estado da Saúde. Após a votação foi solicitado dois registros de declaração de voto, conforme segue: **GIOVANA TUCCIELLE COMES:** " *Iniciaram há dois anos a discussão sobre a autarquização, inclusive com a participação da Diretoria da FMB. Assim que soubemos a data de votação do assunto na Congregação, fizemos uma programação para debate com a comunidade estudantil que previa posicionamentos distintos seguido de uma Assembléia dos Estudantes, visando uma votação consciente e aguardamos pela Congregação extraordinárias de 31 de julho de 2009 e marca. No entanto, por conta da pandemia da gripe H1N1, as aulas foram suspensas repentinamente. Conversamos com o professor Sérgio sobre a possibilidade de adiamento desta votação. Porém, como há prazo a serem cumpridos com a Reitoria e CO, não houve essa possibilidade. Sendo assim, como representamos a posição estudantil, não consideramos correto guiarmos por nossas*

opiniões pessoais em momento tão importante para a FMB e o HC - UNESP." a) Giovana Tuccielle Comes. **LUIZ CARLOS DE FREITAS FREITAS MELO:** *" O motivo, pela qual obtive-me de votar na proposta que trata do projeto de autarquização vem do encontro a política adotada pelo Governo do Estado que nos últimos anos, tem adotado a política de cortes na área da saúde bem como o compromisso aprovado em nossa entidade representativa e também das seis, a manutenção do vinculo dos HUS a Universidade Públicas. a)* Luis Carlos de Freitas Melo. **11 - REESTRUTURAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM MEDICINA:** após ampla discussão deliberou, por unanimidade (trinta votos favoráveis), pelo inicio do processo de reestruturação curricular do curso de graduação em medicina. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata por mim, Eliane Sako, Diretora Técnica Acadêmica da Faculdade de Medicina, que foi digitada por Marisa Aparecida de Oliveira e Milton de Araújo Junior, após aprovada, vai assinada pelo Presidente da Congregação da Faculdade de Medicina - Professor Doutor Sérgio Swain Müller. Botucatu, 07 de agosto de 2009.-.-.-

Professor Doutor SÉRGIO SWAIN MÜLLER _____

ATA DA 140ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA, REALIZADA NO DIA 09/12/09.

Aos nove dias do mês de dezembro de 2009, às catorze horas e trinta minutos, na sede da Reitoria da Universidade Estadual Paulista, situada na Rua Quirino de Andrade nº 215, em São Paulo (SP), reuniu-se, em Sessão Extraordinária, o Conselho Universitário, com a presença dos seguintes Conselheiros: Herman Jacobus Cornelis Voorwald (Reitor e Presidente), Júlio Cezar Durigan (Vice-Reitor), Ademir Machado dos Santos, Alexandre Santos Domene, Álvaro de Souza Dutra, Antonio Carlos Homem, Antonio Carlos Simões Pião, Aurélio Teixeira da Silva, Benedito Barraviera, Carlos Roberto Ceron, Edivaldo Domingues Velini, Francisco Carlos Lavarda, Francisco Eduardo Martinez, Heraldo César Gonçalves, Iraíde Marques de F. Barreiro, Ivan Aparecido Manoel, Jair Wagner de S. Manfrinato, João Bosco Faria, João Fernando C. da Silva, Johnny Rizzieri Olivieri, José Cláudio Martins Segalla, José Gilberto de Souza, José Luis Bizelli, José Roberto Ernandes, José Roberto Rodrigues, José Xaides de Sampaio Alves, Júlio Santana Antunes, Lourdes Piovezani Vila, Luiz Carlos de Freitas de Melo, Luiz Carlos Vulcano, Luiz Carlos Santana, Marcelo Nicoletti Franchin, Marco Eustáquio de Sá, Marcos Barros de Souza, Marcos Fernandes P. Nogueira, Maria Amélia M. de Araújo, Maria José Soares M. Giannini, Maria Regina Brauna Batista, Maria Suzana de S. Menin, Maria Valéria Barbosa, Mariângela Spotti Lopes Fujita, Marilza Vieira Cunha Rudge, Mário Sérgio Vasconcelos, Martha Herr, Miguel Jafelicci Júnior, Olavo Speranza de Arruda, Orivaldo Arf, Pasqual Barretti, Paulo Sergio Ramão, Paulo Villela Santos Junior, Pedro Felício Estrada Bernabé, Peter Christian Hackspacher, Raul José Silva Girio, Reinaldo Cervatti Dutra, Renato Eugênio da Silva Diniz, Ricardo Samih G. Abi Rached, Roberto Deganutti, Roelf Justino Cruz Rizzolo, Sandro Roberto Valentini, Sérgio Swain Müller, Sheila Zambello de Pinho e Silvia Elena de Lima. Justificaram ausência junto à Secretaria Geral os Conselheiros: José Antonio Segatto, Laurival A. de Luca Junior, Maria Cristina Storti Rasteiro, Sylvia Helena T. de Almeida Leite, Ubaldo Silveira e Vahan Agopyan.----------

O Magnífico Reitor abriu a sessão cumprimentando os presentes. Após, submeteu à aprovação do Conselho a solicitação dos acadêmicos Juliana P. Bigoto, Fabrício da Silva e Fernando M. de Oliveira, na ocasião representantes discentes da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, para participarem da sessão, com direito a voz e não a voto. Na sequência, anunciou a presença do Dr. Emílio Carlos Curcelli, atual Superintendente do Hospital das Clínicas, e do Prof. Dr. Pasqual Barretti, Superintendente do Hospital das Clínicas na gestão anterior, convidados para participar da reunião, tendo em vista a

necessidade de prestarem esclarecimentos sobre a proposta. A presença dos docentes e dos discentes na reunião obteve a anuência do Colegiado.----------

ORDEM DO DIA

PROJETO DE CRIAÇÃO

01– FM/Bo – **Criação de autarquia para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu vinculada à Secretaria do Estado da Saúde.** Anteprojeto de Lei, Ata 482ª da reunião ordinária da Congregação da FM/Bo, Ofício nº 83/09 FM/DTA e Anexos (Proc. nº 06399/09). O Conselho apreciou a proposta da criação de autarquia para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, vinculada à Secretaria do Estado da Saúde. Iniciando os trabalhos, o Magnífico Reitor fez um breve relato sobre a forma com que este assunto está sendo tratado, esclarecendo que a aprovação do Anteprojeto de Lei autorizará a Reitoria a iniciar as tratativas com o Governo do Estado, junto com a Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu. Observou, também, que a matéria retornará a este Conselho para deliberação. Na sequência, o Dr. Emílio Carlos Curcelli, Superintendente do HC, o Prof. Dr. Pasqual Barretti, Superintendente do HC na gestão anterior, e o Prof. Dr. Sergio Müller, Diretor da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu, apresentaram dados que detalham a dimensão do hospital, dificuldades com custeio e subquadro dos funcionários, destacando, também, as vantagens da proposta de autarquização e seus benefícios. Vários Conselheiros manifestaram-se por meio de questionamentos e comentários e, após ampla discussão, o Conselho deliberou aprovar as sugestões apontadas com relação ao Anteprojeto de Lei, conforme segue: **a.** Nova redação para o Parágrafo único do Artigo 1º: "A autarquia vincula-se à Secretaria da Saúde para fins administrativos e associa-se à Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual 'Julio de Mesquita Filho' para fins de ensino, pesquisa e extensão." **b.** A alínea "a", inciso I, do artigo 3º passa a ter a seguinte redação: "a) ensino e treinamento de alunos de cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu e de escolas superiores com currículos relacionados com as ciências da saúde;" **c.** O Artigo 7º passa a ter a seguinte redação: "A autarquia será dirigida por um Superintendente, nomeado, em comissão, pelo Governador do Estado, a partir de lista tríplice elaborada pelo Conselho Deliberativo;" **d.** O § 3º do artigo 8º passa a ter a seguinte redação: "Os membros do Conselho Deliberativo serão designados pelo Governador do Estado e terão mandato de quatro anos." **e.** Nova redação para o Artigo 22: "Para atender ao disposto nesta lei, fica o Poder Executivo autorizado a promover a transferência ou remanejamento de recursos orçamentários da Universidade Estadual Paulista 'Julio de Mesquita Filho' consignados ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu – HCFMB, nos termos indicados no Artigo 4º desta lei". Deliberou,

também, que a Faculdade de Medicina do Câmpus de Botucatu garantirá a presença da representação discente no Conselho Deliberativo, com direito a voz.----------

Manifestação do Conselheiro José Xaides de Sampaio Alves: "Gostaria de maiores esclarecimentos sobre: Em que medida o H.C. é de fato necessário para o ensino e a pesquisa e também é compreendido como extensão para a Faculdade de Medicina e as demais áreas biológicas de Botucatu? Não há ambiguidade das falas dos dirigentes de Botucatu, que hora mostram historicamente o quanto as universidades públicas são importantes para a produção da pesquisa, o ensino e a extensão nas áreas médicas e inclusive fez-se crítica direta às universidades e setores privados que não cumprem esse papel, contudo ao mesmo tempo vão se ampliando e defendendo a busca de outras fontes de financiamentos através da FAMESP e agora com a possibilidade da autarquização, abrindo-se espaços para maior privatização? Que projeto é esse de autarquização e qual o significado da busca que se quer de fazer maior separação entre quem faz a extensão de quem faz pesquisa e ensino? Como por exemplo, a necessidade de contratação de médicos apenas para fazer as extensões de saúde pública? Ao mesmo tempo em que se enfatiza que os docentes devem se dedicar à pesquisa? Outra hora se mostra o oportunismo em querer fazer as extensões apenas para se ter os recursos do SUS? Não fica claro, portanto, o modelo de gestão que se deseja de fato para as políticas acadêmicas e sociais que se deseja para a FM e HC de Botucatu. Por outro lado, entendemos que a busca de recursos específicos para o HC de Botucatu não pode acarretar prejuízos para a interrelação entre a Pesquisa, Extensão e o Ensino em Botucatu, tampouco o fortalecimento de um modelo privado em curso. Discordamos também da fala daqueles cuja ênfase vem priorizando sobremaneira o 'produtivismo científico', parece também defender um modelo para aquela unidade de Botucatu, de buscar separar a pesquisa, do ensino e da extensão, pois trata a pesquisa aparentemente dissociada das demais atividades acadêmicas. Essa visão distorcida é que tem servido para a 'política punitiva' sobre diversos aspectos daqueles departamentos cujas características históricas têm grande inserção no ensino e na extensão. Gostaria de lembrar, contudo, que este assunto foi muito debatido no PDI realizado pela UNESP, que afinal escolheu um caminho de equilíbrio destes fatores como característica da própria UNESP."----------

Manifestação do Sr. Alberto de Souza, Representante do SINTUNESP: "Autarquização dos hospitais veterinários. Porque devemos defender a manutenção do vínculo dos HUs às universidades. A proposta de estadualização (ou autarquização) dos hospitais universitários, apresentada pelo governo estadual, deliberada na Congregação da Faculdade de Medicina

da Unesp, em Botucatu, e encaminhada para o CO. Após duas congregações abertas, promovidas pela direção da FM, foi nitidamente para reforçar e aprovar a proposta de estadualização/autarquização. Nós, representantes técnico-administrativos, consideramos o assunto extremamente sério e com graves consequências para os servidores e a população. Por isso, reivindicamos que o debate seja realmente feito com a comunidade e que caiba a ela a decisão final. É inegável que os hospitais universitários (sejam estaduais ou federais) sofrem com a falta de recursos, mas isto é responsabilidade direta do governo, que não prioriza saúde e educação. Portanto, antes de discutir a qual setor estariam vinculados os HUs, seria necessário garantir um aporte suficiente de recursos. Fora do vínculo com as universidades, os HUs não precisariam se submeter a nenhum órgão colegiado e a nenhuma instância universitária. Também não haveria mais empecilhos legais para o sucateamento e a privatização pura e simples dos HUs. É importante que este debate se amplie nas universidades estaduais paulistas e entre seus trabalhadores, para que nenhuma proposta nos seja empurrada goela abaixo. Muitas perguntas precisam ser respondidas antes que o assunto seja definido. Por exemplo, é preciso saber como ficaria a situação dos servidores numa eventual estadualização/autarquização. Teríamos servidores vinculados à Unesp, outros empregados pela Fundação e, ainda, outros contratados diretamente pelo estado. Como seria a política salarial e como seriam garantidos direitos iguais para todos? O Sindicato dos Trabalhadores da Unesp (Sintunesp) e o Fórum das Seis vêm reafirmando ano após ano a sua defesa de que os hospitais universitários sejam mantidos com recursos públicos. É dever do estado bancar o seu funcionamento, garantindo os espaços adequados para a formação de qualidade dos médicos que são graduados na Universidade, a realização de pesquisa de ponta e o atendimento especializado à população. PELA MANUTENÇÃO DOS HUS NAS UNIVERSIDADES! PELA AMPLIAÇÃO DO DEBATE ENTRE OS TRABALHADORES E A POPULAÇÃO! QUE A DECISÃO CAIBA À COMUNIDADE!”----------

Às dezoito horas e quarenta minutos foi encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente ata. São Paulo, aos nove dias do mês de dezembro de dois mil e nove.----------

Lei Complementar nº 1.124, de 1º de julho de 2010

Confere personalidade jurídica, como entidade autárquica, ao Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - HCFMB, da Universidade Estadual "Julio de Mesquita Filho" - UNESP, e dá providências correlatas.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1º - O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - HCFMB passa a ter personalidade jurídica de direito público, como entidade autárquica dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede e foro no Município de Botucatu, privilégios e isenções da Fazenda Estadual.

Parágrafo único - O HCFMB vincula-se à Secretaria da Saúde para fins administrativos e associa-se à Faculdade de Medicina de Botucatu da Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP para fins de ensino, pesquisa e extensão.

Artigo 2º - Para a realização de suas finalidades, o HCFMB atuará diretamente ou por intermédio de instituições públicas ou privadas, mediante contratos, convênios, ajustes, parcerias e demais instrumentos afins, bem como pela concessão de auxílios.

Parágrafo único - Será exigida das instituições privadas a que se refere o "caput" deste artigo, quando for o caso, prévia declaração de utilidade pública estadual, nos termos da legislação pertinente.

Artigo 3º - O HCFMB terá por finalidade:
I - servir de campo para:
a) o ensino e treinamento a estudantes de cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Medicina do Campus de Botucatu e de escolas superiores com currículos relacionados com as ciências da saúde; Ver tópico
b) o aperfeiçoamento de médicos, de técnicos e de alunos, possibilitando a realização de pesquisas, estágios e cursos de pós-graduação;
c) a investigação científica e inovações tecnológicas em saúde;
II - contribuir para a promoção de saúde nas áreas ligadas à saúde pública e afins;
III - integrar o Sistema Único de Saúde - SUS, ofertando assistência médico-hospitalar à comunidade, na forma prevista em Regulamento.

Artigo 4º - Constituirão recursos do HCFMB:
I - as dotações orçamentárias e os créditos adicionais originários do Tesouro do Estado;
II - a receita decorrente da prestação de serviços;
III - as transferências feitas pela União;
IV - os recursos oriundos de ajustes celebrados com instituições governamentais ou empresas privadas;
V - as subvenções, as doações e os legados;
VI - o resultado da cobrança de juros e de atualização monetária, bem como das aplicações financeiras;
VII - o produto da venda de publicações técnicas;
VIII - outras receitas eventuais.

Artigo 5º - O patrimônio do HCFMB será constituído:
I - pelo acervo dos bens móveis e imóveis estaduais que estiverem sob administração do HCFMB na data da publicação desta lei complementar;
II - pelos bens e direitos que lhe sejam doados ou cedidos por entidades públicas ou privadas;
III - pelos bens e direitos que vier a adquirir, a qualquer título.

Artigo 6º - O HCFMB terá a seguinte estrutura básica:
I - Superintendência;
II - Conselho Deliberativo;
III - Órgãos técnicos e administrativos.

Artigo 7º - O HCFMB será dirigido por um Superintendente, nomeado, em comissão, pelo Governador do Estado, a partir de lista tríplice elaborada pelo seu Conselho Deliberativo.

Parágrafo único - A nomeação para o cargo de Superintendente deverá recair em profissional de reconhecida capacidade técnica e administrativa, relacionada com as atividades do HCFMB.

Artigo 8º - O Conselho Deliberativo será composto por 7 (sete) membros titulares e respectivos suplentes, de notória capacidade intelectual, na seguinte conformidade:
I - o Diretor da Faculdade de Medicina de Botucatu, que é o Presidente do Conselho;
II - o Superintendente do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu.
III - 4 (quatro) membros e seus suplentes do Corpo Docente da Faculdade de Medicina de Botucatu, com titulação mínima de doutor, em Regime de Dedicação Integral à Docência e à Pesquisa - RDIDP, pertencentes ao corpo clínico dos distintos serviços médicos que compõem o HCFMB, indicados pela Congregação;
IV - 1 (um) membro e seu suplente do Quadro de Pessoal do HCFMB, escolhidos na forma da Lei Complementar nº 417, de 22 de outubro de 1985.

Parágrafo único - Os membros do Conselho Deliberativo serão designados pelo Governador do Estado e terão mandato de 4 (quatro) anos.

Artigo 9º - Compete ao Conselho Deliberativo:
I - elaborar:
a) os estatutos do HCFMB, submetendo-os ao Governador do Estado, bem como sugerir sua alteração, quando necessário;
b) o programa plurianual de investimentos;
c) o regimento interno do HCFMB;

II - deliberar sobre:
a) aceitação de legados e doações feitas ao HCFMB;
b) alienação de bens móveis ou imóveis do HCFMB de acordo com a legislação vigente;
c) as contas do HCFMB;
III - fixar:
a) o programa de atividades do HCFMB para cada exercício, orientando a gestão administrativa quanto ao plano de trabalho e utilização de recursos;
b) critérios e padrões de seleção de pessoal;
IV - aprovar:
a) o plano de classificação de funções e salários;
b) a celebração de convênios;
c) a aceitação de legados e doações com encargos;
d) tabelas de preços e serviços e a forma de seu reajuste;
e) o Regulamento Geral do HCFMB;
V - indicar auditoria para o exame das contas do HCFMB;
VI - referendar a designação do substituto do Superintendente, em seus impedimentos legais e temporários;
VII - resolver os casos omissos e exercer outras atribuições deferidas pelo estatuto.

Artigo 10 - A Superintendência é o órgão superior de direção executiva que coordena, supervisiona e controla as atividades de administração do HCFMB.
Parágrafo único - Em caso de vacância, o Governador designará o responsável pela Superintendência até a nomeação de novo Superintendente.

Artigo 11 - Compete ao Superintendente:
I - representar o HCFMB em juízo e fora dele;
II - cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho Deliberativo;
III - supervisionar todas as atividades do HCFMB;
IV - admitir e demitir pessoal, de acordo com a legislação pertinente;
V - delegar atribuições aos diretores da estrutura do HCFMB, a ser regulamentada;
VI - exercer todas as atribuições inerentes à função executiva, observadas as normas legais, estatutárias e regimentais.

Artigo 12 - O pessoal do HCFMB será admitido mediante concurso público, na forma da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, salvo quando se tratar de cargo em comissão ou função de confiança, que estarão sujeitos ao regime previsto na Lei nº10.261, de 28 de outubro de 1968, Estatuto dos Funcionário Públicos Civis do Estado.

Artigo 13 - Fica criado, no Subquadro de Cargos Públicos do Quadro do HCFMB, o cargo de Superintendente, a que se refere o inciso I, do artigo 36, da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008.

Artigo 14 - Ficam criados, no Subquadro de Cargos Públicos do Quadro do HCFMB, os seguintes cargos, enquadrados nas referências adiante mencionadas da Escala de Vencimentos - Comissão da Lei Complementar nº 674, de 8 de abril de 1992 com as alterações da Lei Complementar nº 1055, de 7 de julho de 2008:
I - 2 (dois) de Assistente Técnico de Saúde I, referência 8;
II - 8 (oito) de Assistente Técnico de Saúde II, referência 10;
III - 2 (dois) de Assistente Técnico de Saúde III, referência 12;
IV - 5 (cinco) de Diretor Técnico de Departamento de Saúde, referência 13;
V - 6 (seis) de Diretor Técnico de Divisão de Saúde, referência 11;
VI - 40 (quarenta) de Diretor Técnico de Serviço de Saúde, referência 9;
VII - 56 (cincoenta e seis) de Supervisor de Equipe Técnica de Saúde, referência 4.

Parágrafo único - Para o provimento dos cargos de que trata este artigo serão observadas as exigências previstas nas Leis nºs 7.821, 7.822 e 7.823, de 29 de abril de 1992.

Artigo 15 - Ficam criados, no Subquadro de Cargos Públicos do Quadro do HCFMB, os seguintes cargos, enquadrados nas referências adiante mencionadas da Escala de Vencimentos - Comissão da Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008:
I - 1 (um) de Chefe de Gabinete de Autarquia, referência 17;
II - 1 (um) de Assistente Técnico VI, referência 13;
III - 2 (dois) de Assistente Técnico V, referência 12;
IV - 3 (três) de Assistente Técnico IV, referência 11;
V - 11 (onze) de Assistente Técnico III, referência 9;
VI - 27 (vinte e sete) de Assistente Técnico II, referência 7;
VII - 7 (sete) de Assistente Técnico I, referência 4;
VIII - 17 (dezessete) de Assistente I, referência 1;
IX - 4 (quatro) de Diretor Técnico III, referência 14;
X - 7 (sete) de Diretor Técnico II, referência 11;
XI - 25 (vinte e cinco) de Diretor Técnico I, referência 9;
XII - 1 (um) de Diretor II, referência 8;
XIII - 17 (dezessete) de Diretor I, referência 6.

Artigo 16 - Ficam criados, na forma prevista nos Anexos I a V desta lei complementar, os cargos e as funções, conforme o caso, nas classes constantes dos dispositivos legais abaixo especificados, constituindo o Quadro Permanente do HCFMB:
I - Anexo I - Lei Complementar nº 674, de 8 de abril de 1992, com as alterações da Lei Complementar nº 1.055, de 7 de julho de 2008;
II - Anexo II - Lei Complementar nº 1.080, de 17 de dezembro 2008;
III - Anexo III - Lei Complementar nº 540, de 27 de maio de 1988;
IV - Anexo IV - Lei Complementar nº 700, de 15 de dezembro de 1992;
V - Anexo V - Lei Complementar nº 125, de 18 de novembro de 1975.

Artigo 17 - Os cargos de que trata o artigo 14 e as funções a que se refere o inciso Ido artigo 16, observado, no que couber, o disposto no inciso III do artigo 4º da Lei Complementar nº 840, de 31 de dezembro de 1997, serão exercidos em Jornada Básica de Trabalho, nos termos do inciso I do artigo 1º da mesma lei complementar.

Artigo 18 - Os cargos a que se refere o artigo 15 e as funções previstas nos incisos II, III e IV do artigo 16 desta lei

complementar serão exercidos em Jornada Completa de Trabalho, nos termos do artigo 11 da Lei Complementar nº 1080, de 17 de dezembro de 2008, por agentes que tenham escolaridade, nível e formação compatíveis com o definido na legislação e observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.

Artigo 19 - Considera-se afastado junto à autarquia a que se refere o artigo 1º desta lei complementar, sem prejuízo dos salários e demais vantagens, mantidos todos os direitos e obrigações decorrentes do contrato de trabalho, o servidor da UNESP que, na data da publicação desta lei complementar, estiver prestando serviços ao HCFMB.

Artigo 20 - Cessado o afastamento de que trata o artigo 19, será automaticamente criada, no Quadro Permanente referido no artigo 16, a vaga correspondente à função que vinha sendo exercida pelo servidor afastado.

Artigo 21 - Para atender ao disposto nesta lei complementar, a UNESP promoverá anualmente, em duodécimos, a transferência de 2,4 % (dois inteiros e quatro décimos por cento) dos repasses do Tesouro Estadual para o HCFMB.

Artigo 22 - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, em 1º de julho de 2010.

. Alberto Goldman
. Luiz Roberto Barradas Barata
Secretário da Saúde
. Carlos Alberto Vogt
Secretário do Ensino Superior
. Marcos Antonio Monteiro
Secretáro de Gestão Pública
. Mauro Ricardo Machado Costa
Secretário da Fazenda
. Francisco Vidal Luna
Secretário de Economia e Planejamento
. Luiz Antônio Guimarães Marrey
Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicado em: D.O.E. de 02/07/2010 - Seção I - pág. 01
Atualizado em: 08/07/2010 11:26

Lei Complementar nº 1.177, de 11 de junho de 2012

Altera a Lei Complementar nº 1.124.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar:

Artigo 1º

- O artigo 21 da Lei Complementar nº 1.124, de 1º de julho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 21 - Para atender ao disposto nesta lei complementar, a Universidade Estadual Paulista ?Júlio de Mesquita Filho? -UNESP promoverá, anualmente, em duodécimos, a transferência dos repasses do Tesouro do Estado para o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Botucatu - HCFMB, na seguinte conformidade:

I - até o exercício de 2011, 2,4% (dois inteiros e quatro décimos por cento);
II - no ano de 2012, 2% (dois por cento);
III - no ano de 2013, 1% (um por cento);
IV - no ano de 2014, 0,6% (seis décimos por cento).

§ 1º - A partir do exercício de 2015, ficam encerrados os repasses da UNESP para o HCFMB.

§ 2º - O Poder Executivo, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, será responsável pelo repasse ao HCFMB dos recursos do tesouro estadual correspondentes às diferenças entre o percentual fixado no inciso I e os fixados nos incisos II a IV deste artigo.

§ 3º - Os recursos decorrentes da redução dos percentuais fixados para o triênio 2012 a 2014, nos termos dos incisos II a IV deste artigo, serão utilizados pela UNESP para a criação e implementação de 11 (onze) novos cursos de graduação e respectivas vagas, conforme cronograma a ser estabelecido de comum acordo entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia e a Reitoria da Universidade.

§ 4º - A UNESP demonstrará o cumprimento do cronograma previsto no parágrafo anterior ao incluir os novos cursos de que trata o § 3º deste artigo em seu vestibular, sendo 3 (três) em 2012, 5 (cinco) em 2013 e 3 (três) em 2014.
§ 5º - Em caso de descumprimento do cronograma a que se referem os parágrafos 3º e 4º deste artigo, a UNESP ficará responsável pelo repasse de recursos ao HCFMB, em valor proporcional ao que deveria ter sido utilizado para a efetiva implementação dos cursos. (NR)

Artigo 2º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de janeiro de 2012.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de junho de 2012

. Geraldo Alckmin
. Paulo Alexandre Pereira Barbosa
Secretário de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia
. Andrea Sandro Calabi
Secretário da Fazenda
. David Zaia
Secretário de Gestão Pública
. Júlio Francisco Semeghini Neto
Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Regional
. Giovanni Guido Cerri
Secretário da Saúde
. Sidney Estanislau Beraldo
Secretário-Chefe da Casa Civil

Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 11 de junho de 2012.

www.adunesp.org.br

Este caderno e as demais publicações da Adunesp estão no site!